



METROPOLE

SSA-BA

WWW > JORNALDAMETROPOLE > COM > BR

1º JUL 2021

A número do Brasil

1

Sem cumprir 64,42% das obras previstas no contrato, ViaBahia pode ser a primeira concessão rodoviária do país a sofrer intervenção federal. Pags. 4 e 5



De publicidade infantil e boas intenções o inferno tá cheio

James Martins

Assistir ao trailer do novo He-Man da Netflix me lembrou que eu fui, assim como tantos outros, um menino criado com televisão. Os Trapalhões, Xou da Xuxa, Clube da Criança, Rá-Tim-Bum, Glub Glub, Sítio do Pica Pau Amarelo e outros programas povoaram e, em certo sentido, conduziram, não só a minha infância como a de minha geração. E se é obviamente perigoso, e até mesmo irresponsável, legar a educação de uma criança à tevê, também é verdadeiro que muita coisa importante eu conheci dentro daquele fumegante quadrado eletrônico, em cores ou em preto & branco. O próprio He-Man, por exemplo, me transmitiu diversas lições de ética e respeito ao próximo. Acontece que hoje, quando ligamos a chamada televisão aberta, o que vemos é uma surpreendente e chocante ausência quase total de programação infantil. Assim, as crianças que não têm acesso aos canais fechados ou a plataformas de streaming, ficam expostas, no mais das vezes, a um cardápio de horror, sangue e sensacionalismo transmitidos em horário, digamos, escolar.

E agora vem o mais intrigante da história. É que, em grande parte, a culpa desse estado de coisas é da super bem intencionada proibição da publicidade

infantil na televisão, em vigor no Brasil de forma mais efetiva desde 2014. Pois, na prática, o fim do financiamento, que se dava, como tudo na telinha, por meio da publicidade, acabou também com os programas infantis. E a boa intenção de livrar as crianças dos impactos negativos do capitalismo as expôs a impactos ainda mais negativos. Sim, pois, por um lado, não diminuiu o tempo médio que uma criança brasileira passa na frente da tevê (mais da metade do dia); por outro, quando não estão ali, elas vão parar no YouTube, onde grande parte dos programas são, em si mesmos, uma imensa publicidade infantil, como os do fenômeno Lucas Neto — um vendedor nato. E cujo irmão, hoje xodó da militância de esquerda, disse certa vez que “lugar de criança é no supermercado”.

Pois é, parece que o tiro saiu pela culatra. Em vez de crianças menos consumistas, só temos crianças mais mal servidas. Especialmente as mais pobres. Sem contar que na hora da propaganda na televisão, no intervalo do He-Man, a gente podia mudar de canal. E eles, os comerciais, muitas vezes encontravam contrapontos na própria mensagem do desenho. Não me tomem por ingênuo ou defensor do sistema publicitário, mas a questão é que remendos desse

tipo na dinâmica da sociedade de consumo costumam mesmo ser piores que o soneto. Tudo isso foi comentado no texto da contracapa do histórico disco tropicalista, por sinal batizado “Panis et Circencis”: “Terão coragem de fuçar o chão do real? Como receberão a notícia de que o disco é feito para vender?”. Pois é, sem apontar alternativas viáveis, o fim da publicidade infantil se revelou insuficiente e, em alguma medida, nocivo mesmo ao que nossas crianças têm assistido.

Por outro lado, desconfio de soluções que não consideram o indivíduo atuante. Falo como pai de três filhos, evidentemente expostos a todo influxo publicitários do pior tipo e, por outro lado, muito pouco ou nada consumistas. Dá trabalho? Dá. Mas é para isso que estamos aqui. Sei que o assunto é complexo e pede aprofundamento, mas, diante do He-Man e sua força, deixo aqui uma proposta de diálogo.



Publisher **Editora KSZ**
 Diretor Executivo **Chico Kertész**
 Editor-chefe **André Uzêda**
 Projeto Gráfico **Marcelo Kertész & Paulo Braga**
 Editor de Arte **Paulo Braga**

Diagramação **Dimitri Argolo Cerqueira**
 Redação **Adele Robichez, Alexandre Santos, Gabriel Amorim, Juliana Rodrigues, Luciana Freire e Rodrigo Meneses**
 Revisão **André Uzêda e Redação**

Comercial **(71) 3505-5022**
comercial@jornaldametropole.com.br

Rua Conde Pereira Carneiro, 226Pernambúes CEP 41100-010
 Salvador, BA tel.: (71) 3505-5000



**QUEM ESCOLHE
O QUE É MELHOR
PARA O SEU
BAIRRO É VOCÊ.**



**Ouvindo Nosso Bairro.
Seu bairro do seu jeito.**

**PREFEITURA
BAIRRO**

Com o programa Ouvindo Nosso Bairro, você escolhe as obras que o seu bairro mais precisa e elas podem virar realizações da Prefeitura. A fase de consultas já começou, e este ano ficou ainda mais fácil dar sua sugestão. Você pode participar das audiências públicas virtuais, pode deixar sua sugestão diretamente no site ou pode ir a uma prefeitura-bairro. **Escolha o que é mais prático para você e participe! Vamos juntos fazer uma Salvador cada vez melhor.**



Acesse e saiba mais:
ouvindonossobairro.salvador.ba.gov.br



Problemas a perder de vista

ANTT já multou a ViaBahia em R\$ 23 milhões. Ministro da Infraestrutura fala em “deboche” e cita intervenção

Fotos Dimitri Argolo Cerqueira
Texto Adele Robichez
adele.robichez@radiometropole.com.br

“É a pior concessão do Brasil”. A declaração é do ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, sobre a concessionária ViaBahia.

Em audiência na Câmara dos Deputados, semana passada, o titular da pasta afirmou que planeja romper o contrato com a empresa que administra as BRs 324 e 116 no estado, previsto para finalizar apenas em 2034. Caso isso ocorra, será a primeira intervenção federal em uma concessão rodoviária no país.

A manifestação acontece após o descumprimento de uma série de itens previstos no contrato, que o ministro caracteriza como um “deboche com a população da Bahia”.

Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), até então, dentre as obras originais do contrato, 64,42% não foram executadas, o que consiste em um valor de cerca de R\$ 503 milhões.

Das duplicações das vias obrigatórias,

77 km dos 83 km foram feitos. Já em relação às condicionadas ao tráfego de veículos, nenhuma foi sequer iniciada. Isso significa mais 441,7 km de duplicações necessárias não executadas, no montante de R\$ 434 milhões.

Fernando Costa, 49 anos, é impactado diretamente com o descaso nas rodovias federais. Gerente de marketing de uma empresa com sedes em Feira de Santana e Alagoinhas, ele passa com frequência, por conta do trabalho, pelos trechos administrados pela concessionária. E não economiza nas queixas. “Pelo valor cobrado e pelo tempo de concessão, a estrada deveria estar muito melhor assistida”, diz.

Além das obras previstas inicialmente, outras, por demanda da população, foram posteriormente incluídas no contrato. Estas têm 57% de inexecução, ao preço total de R\$ 65 milhões.

As principais são os dispositivos de interseção no anel viário de Vitória da Conquista e as passarelas da BR-324 em Amélia Rodrigues, na Comunidade Duto Petrobras e no Posto São Luiz, além de Santo Estevão, na BR-116.

De Feira até Rafael Jambeiro:

Foto 1: Remendo no asfalto na BR-116, depois de Santo Estevão. **Foto 2:** Buracos na pista saindo de Feira. **Foto 3:** Idosa pula mureta sem grade para atravessar pista. **Foto 4:** ViaBahia não cumpriu a interseção entre BR-116 e BR-242.

ERRO DE ORIGEM

O contrato firmado com a empresa em outubro de 2009 já começou com uma falha de origem. Inicialmente, era para ser uma parceria público-privada, mas, de última hora, tornou-se uma concessão comum. Ele está atualmente no seu 12º ano, dos 25 de validade.

Com 297 processos contra a Viabahia, a ANTT vive em conflito com a concessionária. Nos últimos seis anos, o embate se tornou ainda mais intenso, com pedidos de aumento de tarifa recusados pela agência após a inexecução das obras previstas.

As multas transitadas somam R\$ 23 milhões e mais R\$ 427 milhões em tramitação na justiça, mas, por não ter realizado a revisão quinquenal, uma liminar proibiu que um processo de caducidade e anulação da concessão fosse aberto pela ANTT.

A ação está sendo feita este ano e deve ser submetida em julho. Somente depois,



“Não dá pra pagar pedágio e ter operação tapa-buraco”, diz ministro

Procurado pelo **Jornal da Metropole**, o ministro Tarcísio Gomes de Freitas respondeu por escrito os questionamentos feitos pela reportagem sobre a possibilidade da intervenção nos trechos de concessão da ViaBahia.

Freitas disse que a ação judicial é uma ferramenta usada apenas em situações emergenciais e que, este expediente, só deve ser acionado “quando a concessionária não está dando conta de manter o ativo com as condições mínimas para a sua operação”.

Ele classificou ainda a situação da ViaBahia como “vergonha” e comparou com a conservação de outras estradas federais.

“Imagine que sem cobrar tarifa e com a maior restrição orçamentária de sua história, o DNIT consegue manter a BR-116 em melhores condições do que a concessionária cobrando pedágio”, diz.

O ministro criticou as operações tapa-buraco da rodovia e disse que falta uma manutenção preventiva eficiente. “Estive no trecho esse ano, sou engenheiro, conheço de asfalto. Não há um trabalho efetivo de conservação. Só tapa-buraco. Não faz sentido o que o baiano vem pagando no único acesso federal a Salvador para o nível de serviço que está sendo ofertado. Não dá para admitir pagar pedágio para ter em troca operação tapa-buraco”.

Freitas ainda ponderou que, mesmo com os reiterados problemas, mantém uma relação de diálogo com a ViaBahia.

“Já recebemos até a embaixadora do Canadá, preocupada, porque a concessão hoje está vinculada a um fundo de pensão canadense e eles não entendem toda essa disputa judicial que ocorre aqui”, disse.

a intervenção poderá ter prosseguimento. Mesmo assim, o processo demora. O tempo médio de ações deste tipo é de, ao menos, um ano e meio.

OUTRO LADO

Após a ameaça de intervenção, a ViaBahia afirmou, por nota, ao **Jornal da Metropole** que “realizou 93% das obras obrigatórias”. Essa informação, segundo a ANTT, ignora as obras que seguem as necessidades do trânsito na região, sem execução, e as que surgiram no contrato por demanda dos passageiros.

A concessionária também afirma que “o valor de investimento poderia ser seis vezes maior e 100% das obras teriam sido realizadas caso as duas revisões quinzenais (de 2014 e 2019) tivessem sido feitas pela ANTT”. E declara: “o imbróglio, que culminou em diversas ações judiciais e a instauração de um tribunal arbitral, emperrou investimentos que podem chegar a R\$ 7 bilhões, e tem se intensificado com a recusa do órgão regulador em cumprir o contrato de concessão”.

HISTÓRICO

28/05/2013 - ANTT abre processos administrativos contra seis concessionárias, entre elas a ViaBahia

21/06/2013 - Com apenas metade da capacidade da rodovia funcionando, ANTT determina corte de 50% da tarifa de pedágio

10/06/2015 - MPF pede aplicação de penalidades à Viabahia por falta de serviços na BR-324

11/09/2018 - Sem conclusão, justiça obriga ViaBahia a finalizar duplicação de BR-116 e cobra multa de R\$ 5 milhões

22/02/2021 - Ministro da Infraestrutura rejeita pedido de aumento de 140% no valor do pedágio



Sem luz no fim do túnel

Crise hídrica e falta de investimentos impõem novos reajustes na conta de energia. Pequenos empresários sofrem aperto para manter negócios

Texto **Luciana Freire**

luciana.santana@metro1.com.br

“Tá muito cara”, reclamou Maria Aparecida, 65 anos, quando questionada sobre a conta de energia. A aposentada, que mora com seu filho no bairro do Candeal, já não sabe mais o que fazer para reduzir o valor da cobrança. “Há dois anos troquei toda a fiação do meu apartamento, o chuveiro e ar condicionado são 220V, as lâmpadas são de LED e tomamos banho frio. Não existe desperdício”, desabafou, diante da notícia que o país adotou nova bandeira tarifária.

Nesta semana, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou reajuste na bandeira vermelha patamar 2. O sistema é uma cobrança adicional aplicada às contas de luz e agora ela passa de R\$ 6,24 para R\$ 9,49 a cada 100 kWh consumidos, o que significa uma alta de 52%.

Maria Aparecida pagou R\$ 623,87 na conta de energia de junho, o valor correspondente a bandeira vermelha 1, que estava em vigor, foi R\$ 41,92. “Não quero nem pensar agora quanto será neste mês”, disse a aposentada, já se conformando com o aumento.

“O impacto, com certeza, será muito forte”, analisa Denilson Lima, Coordenador de Pesquisas de Preço ao Consumidor da SEI Bahia. Ele explica que o gasto com energia elétrica é considerado de “baixa sensibilidade”, o que significa que aumenta quanto for, as pessoas vão continuar consumindo e pagando.

Uma pesquisa que mede o percentual de cada gasto do consumidor, produzida com dados do IBGE, revela que o brasileiro que recebe de 1 a 40 salários mínimos destina 4,4% do seu orçamento para pagar energia elétrica. Quando analisado o percentual do brasileiro que recebe de 1 a 5 salários mínimos, a despesa é maior: 5,3%. “Entre comida, produtos de limpeza, higiene, serviços... 5% só para a energia, é muito!”, diz o especialista.

O aumento da bandeira vermelha 2 ocorre em consequência ao acionamento das usinas termelétricas – mais caras e poluentes – para garantir o fornecimento de energia. No dia de São Pedro, também na terça, a chuva até deu as caras por Salvador, mas, na realidade, choveu bem menos do que o esperado na capital baiana. O problema se estende pelo país: o Brasil

vive uma crise hídrica devido a pior estiagem dos últimos 91 anos. “O apagão de 2001 já foi bem difícil. Mas em 20 anos não fez os investimentos necessários no setor energético”, analisa Lima.

PEQUENOS PRODUTORES

A notícia do aumento na conta de luz também foi mal recebida pelos pequenos e médios empresários. Dono de um buffet de eventos de empresas em Salvador, Marcelo Carneiro diz não saber o que fazer para equilibrar as despesas. “Uso energia principalmente com os freezers, para manter ingredientes conservados, não é possível diminuir esse gasto”, desabafou.

Mas pensando bem, sempre tem um gasto aqui ou ali que a gente pode cortar. É o que acredita a analista do Sebrae-BA, Adriana Pereira. “A médio prazo: rever toda a instalação elétrica do espaço, manutenção do maquinário frigorífico e alterar a voltagem dos equipamentos. A curto prazo: rever o financeiro. É importante que o empresário acompanhe quanto representa o aumento em preço significativo, depois traçar o reajuste de gastos”, diz.



Responsável Técnico:
Dra. Silvânia Rocha

CROBA - 14011

CURSOS DE REFERÊNCIA

para você!



INSCRIÇÕES ABERTAS

srcursos.com.br
71 9 9684 - 9438

SR
CURSOS

Curso
VIP

Filhos lideram ataques de 'velhofobia' no Brasil

Dados do Disque 100 evidenciam que maior parte da violência contra idosos acontece dentro de casa. Filhos respondem por 51% das agressões

Texto **Gabriel Amorim**

gabriel.amorim@radiometropole.com.br

A pandemia colocou todos dentro de casa, e os olhos do mundo se voltaram, principalmente, para os mais idosos.

Mesmo com parte das pessoas de terceira idade já vacinadas, outro risco permanece ativo durante a pandemia. As denúncias de violência cresceram cerca de 500% desde o início do isolamento.

Deste total, 51% das violências são praticadas pelos próprios filhos. Outros 10% são cometidos por netos. Genros, noras, cônjuges e cuidadores também figuram na lista. Apenas nos três primeiros meses de 2021, foram 33,6 mil denúncias de violência em todo país.

Os dados são do Disque 100, canal de denúncias voltados à proteção dos Direi-

tos Humanos e são acompanhados pela antropóloga e pesquisadora Mirian Goldemberg. Ela acredita que, mesmo já assustadores, os números podem se revelar ainda piores.

“Esses números não correspondem à realidade, porque a maioria dos mais velhos não têm coragem de denunciar os próprios filhos ou netos”, analisa a pesquisadora que, há mais de 30 anos, realiza estudos com idosos de todo o país.

Para Goldemberg, o Brasil sofre do que ela chamou de 'velhofobia', que se reflete em vários setores sociais. “De um lado, pânico enorme de envelhecer, porque envelhecer no Brasil é, realmente, muito difícil. Do outro essas violências físicas, verbais,

psicológicas, abuso financeiro, preconceito, estigma que existe”, analisa a estudiosa.

Lidando diariamente com a terceira idade, o psicólogo especialista em gerontologia Gustavo Bisquara, explica que a violência ao idoso pode realmente tomar vários contornos diferentes.

Para ele, no entanto, alguns casos são ainda mais perigosos. “Existem violências que são mais visíveis, maus tratos físicos, mas existem aquelas mais sutis do dia a dia, que as pessoas nem percebem o quanto é violento com a pessoa idosa. Uma das violências mais marcantes, por exemplo, está no campo das decisões, da tomada de decisão, da autonomia do idoso, de não ouvi-lo”, explica.

elevation pictures/divulgação



Cena do filme 'Meu pai', que toca na violência sofrida por um idoso (Anthony Hopkins) dentro de casa

Estatuto de proteção completou 18 anos

Protegidos pelo Estatuto dos Idosos desde 2003, a população da terceira idade têm, na lei, uma ferramenta prática de auxílio para os casos de maus tratos. Quem trabalha para protegê-los explica as diversas formas de violência cometidas.

“O conceito fornecido pela OMS, com relação aos maus tratos, é toda a ação praticada por alguém, seja violência física, patrimonial ou moral, que a pessoa idosa detém uma relação de confiança”, explica a defensora pública Laise Carvalho.

Além das denúncias, a defensoria possui com uma cartilha detalhada para explicar os direitos do idoso.

Este tema foi transportado para as telonas, no premiado filme 'Meu Pai', vencedor do Oscar de melhor ator (Anthony Hopkins), em 2021. Na trama, um idoso portador de Alzheimer é vítima de diversos ataques por parte dos familiares.



Invisíveis e incontáveis

Vacinação para população de rua tem sido feita em ‘voo cego’. Prefeitura não sabe, ao certo, o tamanho deste público. Último censo foi há 12 anos

Texto **Rodrigo Meneses**
redação@metro1.com.br

A prefeitura de Salvador iniciou nesta semana a vacinação contra a Covid-19 para as pessoas em situação de rua sem saber, ao certo, o tamanho deste público. O último estudo para apurar esses dados é de 2009. Um novo censo seria realizado no ano passado, mas a pandemia atrasou o diagnóstico.

No entanto, a prefeitura reservou 7 mil doses da vacina Janssen, de aplicação única, para as pessoas em situação de rua. A administração chegou a esse número a partir dos dados do Serviço Especializado de Abordagem Social (Seas) e atendimentos nos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pops).

Em 2020, aproximadamente sete mil

pessoas deste público foram atendidas e cadastradas, o que serviu de base para a reserva de doses.

A assistente social Sandra Carvalho, do Núcleo Pop Rua da Defensoria Pública do Estado, considera o número de doses defasado, pois uma pesquisa do Projeto Axé, realizada em 2017, estimou 14 mil pessoas em situação de rua em Salvador. “A secretaria de saúde disse que precisava de um cadastro inicial para começar a vacinação, porém sabemos que, sem Censo atualizado e com uma contagem do ano de 2017 de 14 mil, esse número de doses é insuficiente”, declara.

COBRANÇA

Sandra lembra que a Secretaria Municipal de Saúde se comprometeu a vacinar toda a população de rua. “As

defensoras estão acompanhando a situação e vão cobrar”, destaca.

Em nota, a Secretaria de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (Sempre) disse que os técnicos da assistência social, os quais estão todos os dias nas ruas, têm a sensação de que aumentou o número de pessoas em situação de rua. Contudo, ainda não foi possível quantificar o tamanho desse aumento através do Censo, que ainda será realizado.

A coordenadora nacional do Movimento População de Rua (MNPR/Bahia), Sueli Oliveira, destaca a importância da realização do censo para o desenvolvimento de políticas públicas. “Nossa luta é dar visibilidade a essa população que a sociedade e os poderes públicos querem invisibilizar. Se não tem um Censo, não sabe quantos são, não existe. Se não existe, não tem políticas públicas”, ressalta.

Público foi colocado no fim da fila

Apesar de estar na 16ª posição entre 23 grupos prioritários para receber a vacina da Covid-19, a população de rua de Salvador ficou por último nessa fila.

“Aguardamos a chegada da vacina Janssen, por ser de dose única, para facilitar esse processo, tendo em vista que esta população, como está nas ruas, é mais difícil de ser localizada depois para a aplicação da segunda dose”, justificou o prefeito Bruno Reis.

No primeiro dia de vacinação para esse público, 831 pessoas foram imunizadas. A prefeitura disponibilizou a vacina em seis

pontos fixos de atendimento à população de rua em diferentes bairros da cidade. O prefeito prometeu ainda que a vacina estará disponível nas Unidades de Acolhimento Institucional (UAI) em outros 10 bairros. A estimativa é aplicar todas as doses em três dias.

O **Jornal da Metropole** solicitou dados sobre óbitos de moradores de rua por Covid-19 às secretarias municipal e estadual da Saúde, mas as pastas não tinham essas informações. Segundo a Sempre, foi registrado o óbito de um acolhido nas UAIs em decorrência da Covid-19.



divulgação



felipe oliveira/ecbahia



Cartola com passe caro

Guilherme Bellintani voltou a ter o nome ventilado nos bastidores da política. Após declinar da candidatura a prefeito pelo grupo de Rui Costa (PT) em 2020, o mandatário tricolor agora é especulado para disputar uma vaga na Câmara ou no Senado em eventual chapa liderada por ACM Neto (DEM) no pleito estadual. Há poucos dias, ele participou de um encontro virtual capitaneado pelo ex-prefeito e caciques, como o ex-governador Paulo Souto e o ex-senador Waldeck Ornellas. O dirigente tricolor não quis se manifestar sobre a reunião. Ainda assim, começa a ver seu passe valorizado. “Bellintani está emprestado ao Bahia, mas pode prestar grandes serviços à Bahia. Nós, do DEM e de partidos aliados, temos em Bellintani um quadro pra compor, sim, uma chapa majoritária, seja como candidato a senador, ou vice-governador”, empolga-se Claudio Tinoco, líder do Democratas na Câmara de Vereadores.

Ex-PFL, hoje bolsonarista convicto

José Carlos Aleluia (DEM) parece totalmente convertido ao bolsonarismo. Nomeado pelo presidente da República para o conselho da hidrelétrica de Itaipu em 2019, o ex-deputado federal anuncia agora que ficará com João Roma (Republicanos) numa eventual candidatura do ministro da Cidadania ao governo da Bahia. Filiado ao antigo PFL, à época representado pela figura de Antônio Carlos Magalhães (1927-2007), Aleluia diz não temer abalo na relação com ex-prefeito, virtual adversário de Roma e principal herdeiro político do carlismo. “Estou com Bolsonaro e o candidato que for de Bolsonaro. O DEM ainda não tem candidato. ACM Neto tem que decidir se vai sair ou não”, justifica ele. “ACM Neto é meu amigo, isso não vai mudar. Só não posso ficar com Ciro [Gomes]”, reitera Aleluia, referindo-se à possibilidade de um palanque DEM-PDT.

tacio moreira/metropress



Do banheiro a alvo do MP

Menos de um mês após participar de uma inusitada inauguração, com autoridades aglomeradas em torno de um banheiro químico, o prefeito de Casa Nova, Wilker Oliveira Torres (PSB), virou alvo de uma denúncia do Ministério Público da Bahia. Mais conhecido como Wilker do Posto, ele teria transferido um terreno pertencente ao poder público municipal para Mary Rodrigues Figueiredo, uma suposta laranja, que atuava como sua auxiliar na sua gestão. Segundo o documento da denúncia, obtida pelo **Jornal da Metropole**, Wilker teria ainda falsificado o conteúdo da Lei Municipal para facilitar o repasse do terreno, vendido por R\$ 1,5 milhão.

Amigo do 03

Às vésperas de depor no Conselho de Ética na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Capitão Alden (PSL-BA) recebeu palavras de apoio do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Dudu, o ‘03’ do mandatário, disse ter no aliado “seus olhos” na Bahia. Alden é alvo de uma representação por ter acusado colegas da oposição de receber um suposto “mensalinho” da prefeitura de Salvador. Caso o entendimento seja o de que o Alden infringiu o decoro parlamentar, poderá até perder o mandato. Enquanto aguarda um desfecho, o deputado retribuiu a gentileza. “Eduardo Bolsonaro sempre traz contribuições para nosso mandato.”

reprodução



Detido ao vivo e a cores

O prefeito de São Gonçalo dos Campos, Tarcísio Tôres Pedreira (Solidariedade), envolveu-se em uma contenda com PMs em pleno São João. A confusão teve início logo após uma alvorada de fogos, às 5h da manhã, e o desfile de um minitrio embalado por canções juninas. Embora tivessem o aval da prefeitura, ambas as atrações estavam proibidas pro força de decreto estadual. Inconformado, Tarcísio sacou o celular e passou a transmitir em sua conta no Instagram uma acalorada discussão com um major. Não deu outra: acabou detido por infringir a lei, desacato e lesão corporal. Depois, em entrevista, disse ter sido vítima de truculência. “Eu e meu irmão fomos conduzidos de forma ilegal. Bem como o motorista do carro de som que estava ali trabalhando e foi colocado no fundo de uma viatura por mais de duas horas por não portar sua carteira de habilitação”, alegou o prefeito, para quem dirigir sem CNH é um mero detalhe.



O entusiasta cloroquinista emudeceu

Malu Fontes

Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas, professora da Facom/UFBA e colaboradora da Rádio Metropole

Com Lázaro Barbosa morto, o tema do debate na esfera pública voltou a ser monocórdico: a CPI e a vacina. Longe de ser tediosa, a trama tecida nos bastidores do governo e do Ministério da Saúde tornou-se mais próxima da fronteira entre política e polícia. Personagens novas entraram em cena. Uma ex-mulher de ministro, um suposto vendedor de vacina denunciando tentativa de suborno, empresários de marcas que não produzem nada e nem sede têm, e um secretário exonerado do ministério, acusado de corrupção e cobrança de propina. No roteiro, referências bíblicas usadas por depoentes e parlamentares numa constância insólita.

O protagonista da semana e vencedor do ranking dos memes da vez é o empresário e milionário Carlos Wizard, um paranaense filho de caminhoneiro que fez fortuna com empresas como o curso de idiomas que leva seu nome e a rede de lojas Mundo Verde. Extremamente religioso, autor de vários livros de autoajuda sobre sua própria história de superação e enriquecimento, Wizard se tornou uma das vozes mais aplaudidas do governo Bolsonaro. Na CPI, paradoxalmente, a eloquência do empresário altruísta, benfeitor, do coach do tratamento precoce, deu lugar a um homem quase mudo, de uma frase só.

O empresário se tornou, desde o início da pandemia, um militante bastante ativo da defesa do tratamento precoce contra a Covid, propagador da tese de inflação do número de mortos da pandemia, pelos

governadores, segundo ele para desviar recursos públicos, e apontado como integrante privilegiado do gabinete paralelo que aconselha o presidente Jair Bolsonaro. A esse gabinete é atribuída a responsabilidade pelo convencimento do presidente a não comprar as vacinas ofertadas pelos desenvolvedores quando ainda era baixo o número de mortos no Brasil pelo vírus. A não compra fez com que o Brasil se tornasse o segundo país do mundo em mortes.

Convocado pela CPI, Wizard resistiu de todas as formas a comparecer. Primeiro, argumentando que estava fora do país. Depois, recorrendo a estratégias jurídicas. Acabou sendo forçado a comparecer, mas, amparado por uma decisão do ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, Wizard passou toda a sessão, por horas e horas, repetindo a mesma frase: “Me reservo ao direito de permanecer em silêncio”. Como a cultura do print e a mineração de vídeos em redes sociais são implacáveis, o silêncio de um até ontem eloquente e entusiasta cloroquinista foi um espetáculo constrangedor.

JABUTI

Confrontado, ao vivo, com vídeos em que aparece sorridente, em diversas circunstâncias e diante de vários interlocutores também sorridentes, ironizando mortes de pessoas que não usaram o kit Covid, Wizard parecia encenar involuntariamente um teatro em que ele próprio fracassava

numa autoacareação. O espelho entre o Wizard depoente calado e o Wizard minerado nas redes e ofertado ao público em transmissão nacional tornava o silêncio mais constrangedor e mais incriminador que quaisquer revelações feitas. O trecho de vídeo em que Leda Nagle e ele, como entrevistado, riem de 40 mortos por Covid em Porto Feliz (SP) é um escárnio.

Como está na modinha a expressão jabuti, associado, no Congresso Nacional, a artifícios pouco honestos e estratégicos colocados em textos de lei para favorecer pessoas e setores, política e economicamente, Wizard é um jabuti na mesa da República. O dito popular, segundo o qual quando se vê jabuti atrepado ou foi enchente ou mão de gente, leva à pergunta, neste caso: o que autoriza um mórmon empresário milionário como Wizard a falar em público, desde que não seja em uma CPI, com tanta propriedade sobre vírus, tratamento e dados epidemiológicos? Quem, o quê, autoriza essa gente?

A eloquência do empresário altruísta, do coach do tratamento precoce, deu lugar a um homem quase mudo

Você é cringe ou Z, afro?

Jornal da Metropole adaptou polêmica entre gerações surgida na internet para a realidade de Salvador. O que causa vergonha por aqui?

Texto Alexandre Santos
redacao@metro1.com.br

Uma palavra gringa que, aportuguesada, virou adjetivo. Eis o termo “cringe”, centro de um acirrado embate geracional que ganhou as redes sociais nas últimas semanas. Embora não seja uma expressão tão nova assim, trata-se de um neologismo utilizado pela geração Z (nascidos entre 1995 e 2010) para definir um comportamento ou atitude dos chamados millennials (que nasceram entre 1980 e 1994). Cunhado a partir do verbo “to cringe”, cuja tradução mais próxima seria “encolher-se de vergonha alheia (ou de desprezo, asco)”, passou a ser sinônimo de “cafona”, “brega”, “mico” e “uó”.

Ao despontar entre os assuntos mais comentados no Twitter, a discussão surgiu como uma espécie de quiz, instando internautas a questionamentos que poderiam identificá-los ou não como “cringe”.

A polêmica, no entanto, teve início após a publicitária Carol Rocha (@tchulin) fazer um post indagando o que os novinhos julgavam ser práticas constrangedoras dos mais velhos. Entre o que foi apontado como “cringe”, os integrantes da geração Z mencionaram hábitos como gostar de café, ter saudade de ir à locadora e alugar filmes em VHS, usar hashtag em legendas nas redes sociais, admirar filmes da Disney, ser fã da saga Harry Potter e, claro, usar o Facebook.

“É interessante ressaltar que os in-

tegrantes da geração Z estão no período da adolescência. Uma das principais características dessa fase é justamente a identificação de si em um grupo. Quando associamos esse dado ao contexto das redes sociais, faz sentido que essas sensações sejam exageradas”, explica a psicóloga Danielli Leite.

Segundo a especialista, a vergonha é uma sensação de sofrimento por inadequação moral que molda as ações do indivíduo para que mantenha posição social no grupo ao qual se identifica. “Cringe pode estar associado a uma projeção do sentimento de vergonha exarcebada por uma identificação em massa.”, diz.

CRINGE NA BAIANIDADE

Mas, e se trouxermos a treta internética para as ruas de Salvador, quais atitudes se encaixariam no universo “cringe”?

Para obter tal resposta, o **Jornal da Metropole** consultou dois entendidos para assuntos de baianidade: o humorista Leozito Rocha, que soma cerca de 2 milhões de seguidores no Instagram e no YouTube, e o contador de histórias Ivan Mesquita (O Cêro), que reúne mais 350 mil fãs nas duas plataformas. Do alto dos seus 29 e 31 anos, respectivamente, e autênticos representantes dos millennials, ambos listaram o que, por aqui, podem ser condutas ou situações constrangedoras.

Veja na lista ao lado e diga se concorda ou sente vergonha alheia disso.



Ser cringe em Salvador é:

Comer acarajé sem pimenta
(Leozito Rocha)

Ser de Salvador e falar “meu rei”
(Leozito Rocha)

Ir ao Pelourinho e não tomar um cravinho
(Leozito Rocha)

Chegar no paredão e não meter dança ao som da La Fúria
(Leozito Rocha)

Dizer que Cajazeiras é longe
(Leozito Rocha)

Morar em Salvador e não conhecer a Gamboa
(Leozito Rocha)

Curtir o Carnaval de Salvador e tomar uma caceta de destino desconhecido
(Leozito Rocha)

Voltar do Carnaval antes de meia-noite
(Ivan Mesquita/O Cêro)

Não encarar, na paletada, os 8km de percurso da Lavagem do Bonfim
(Ivan Mesquita/O Cêro)

Não botar farinha na feijoada
(Ivan Mesquita/O Cêro)

Comer cozido sem pirão
(Ivan Mesquita/O Cêro)

Não chamar o Shopping da Bahia de Iguatemi
(Ivan Mesquita/O Cêro)



Texto **Juliana Rodrigues**

juliana.rodrigues@metro1.com.br

Entre medos, prazos e arte

Lei Aldir Blanc completa seis meses de execução. Artistas comemoram iniciativa, mas reclamam de burocracia e excesso de formalidades na prestação de contas



Cantora e compositora Joana Terra conseguiu viabilizar seu segundo álbum por meio da Lei Aldir Blanc

O ator e produtor Anderson Danttas esteve envolvido em inúmeros projetos teatrais antes da pandemia de Covid-19, mas em meio ao isolamento social se deparou com um novo dilema. De um lado, havia a necessidade de reinventar o próprio ofício; do outro, a importância de cuidar da saúde mental.

Todas essas questões se entrelaçaram na criação coletiva da peça teatral “PARA-ÍSO”, inspirada na obra do escritor João Silvério Trevisan. O texto do Corre Coletivo Cênico traça um paralelo entre a pandemia de Covid-19 e a epidemia global de HIV/Aids para a população LGBT, e foi um dos 810 projetos contemplados no Prêmio das Artes Jorge Portugal, edital da Fundação Cultural do Estado da Bahia (Funceb) com recursos da Lei Aldir Blanc.

“Além de adaptar a obra para a linguagem audiovisual e executar o projeto seguindo os protocolos, também tínhamos que entender o lado humano do processo, estávamos com o psicológico abalado pela pandemia. Cada um de nós perdeu alguém para a Covid, que ainda era um tema abordado no espetáculo, junto com a Aids, que nos afeta diretamente. A lei Aldir Blanc nos colocou em um lugar de aprendizado”, explica o artista.



Aprovada em 4 de junho de 2020 no Congresso Nacional e sancionada 25 dias depois pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), a Lei Aldir Blanc destinou R\$ 3 bilhões em recursos para que estados e municípios executem ações de socorro ao setor cultural, como auxílios e também abertura de editais.

O nome da lei homenageia o compositor, escritor e cronista morto em maio do último ano, vítima da Covid-19.



Na Bahia, de acordo com dados da Secretaria de Cultura, foram investidos cerca de R\$ 98,6 milhões, sendo R\$ 58 milhões por meio de iniciativas da Funceb. Os primeiros projetos contemplados começaram a ser executados há seis meses, em 4 de janeiro. “Contratamos projetos de criação, formação, difusão, memória, pesquisa. Os editais tiveram um resultado diverso, que espelhou a complexidade e a efervescência da produção artística baiana. Foram mais de 3 mil inscritos”, explica a diretora-geral da Funceb, Renata Dias.

Além do Prêmio das Artes Jorge Portugal, que contemplou propostas inéditas de sete linguagens artísticas, a fundação realizou o Prêmio de Exibição Audiovisual, voltado para obras cinematográficas já

concluídas, mas que não puderam entrar nos circuitos devido à pandemia.

SALVAÇÃO

Artistas e produtores ouvidos pelo **Jornal da Metrópole** viram na Lei Aldir Blanc um respiro mais do que necessário, diante da falta de perspectiva sobre a volta aos palcos. “Se não fosse isso, eu não saberia como estaria mantendo o aluguel e a alimentação”, resume Anderson. E o alívio não tem a ver apenas com a possibilidade de pagar as contas do mês: quem faz arte quer ferramentas para criar.

Para a cantora e compositora Joana Terra, os recursos do edital foram fundamentais para poder, em suas palavras,

“retribuir” às pessoas que trabalharam na produção de “Feito Raio”, seu segundo álbum. “No meu primeiro disco, muitas pessoas acabaram trabalhando de graça ou ganhando pouco, porque queriam dar apoio, porque acreditam no que eu faço. Você poder retribuir às pessoas pelo trabalho delas é incrível”, observa.

Devido à pandemia, a gravação do álbum da artista de Barra da Estiva, na Chapada Diamantina, precisou ser feita à distância, sem contato entre os músicos. Ela explica, no entanto, que esse processo também teve pontos positivos: “Eu tinha medo disso, mas no final foi muito legal, porque os músicos criavam coisas que me surpreendiam. Se eu estivesse perto, iria acabar interferindo”.

fotos: dante vicenzo/divulgação



Prêmio das Artes Jorge Portugal, por meio da Lei Aldir Blanc, permitiu realização do espetáculo 'PARA-ÍSO', sobre a Covid-19 e a Aids



Lei Paulo Gustavo vai destinar R\$ 4,4 bilhões

Os artistas e produtores tiveram problemas com o prazo inicial de apenas três meses, contados a partir de janeiro, para execução dos projetos beneficiados pelos editais. “A gente viveu aquela tensão do dia 10 de abril, que era o fatídico dia, parece que o mundo ia se acabar nesse dia”, diz Luiz Antônio Sena Jr., que atuou na produção de oito iniciativas contempladas nas áreas de teatro, dança e cultura popular.

A prorrogação do prazo na Bahia, obtida pela Procuradoria-Geral do Estado junto ao Supremo Tribunal Federal antes mesmo da sanção presidencial, foi um alívio até mesmo para a Funceb, como explica a diretora-geral Renata Dias: “Naquela época, entre março e abril, apenas 20% dos projetos estavam concluídos”.

TECNOLOGIA

Outras queixas são ligadas à parte burocrática do processo, além da dependência da tecnologia para enviar documentação e participar das discussões com o poder público. “O excesso de burocracia dificulta a comunicação. Além disso, o estado da Bahia é muito grande, e eu fiquei

pensando nas pessoas do interior, que entendem como ‘projeto’ a execução”, pontua Anderson Dantas. “Essa crítica precisa ser relativizada, porque estamos colocando em contato dois sistemas opostos. O artista quer liberdade para criar e a gestão pública é o lugar do controle. É difícil mesmo”, rebate Renata, acrescentando que o formato adotado foi o menos burocrático possível para o contexto.

Para a economista e pesquisadora Carmen Lúcia Lima, a falta de familiaridade com a burocracia é uma barreira para o acesso de artistas às políticas públicas. “É preciso seguir as leis, prestar contas. Isso normalmente é um problema muito grande para os artistas”, afirma.

Em meio às discussões sobre a votação da Lei Paulo Gustavo, que poderá destravar mais R\$ 4,4 bilhões em recursos já existentes nos fundos de cultura, a especialista avalia que é necessária uma maior articulação das ações para beneficiar o setor. “Os impactos da pandemia na cultura ainda vão ficar por um bom tempo. Então, é preciso ter uma ação muito estruturada, que esperamos conseguir com a Lei Paulo Gustavo”, pontua.





ENTREVISTA

Angelo Coronel

SENADOR (PSD-BAHIA)

O senador Angelo Coronel (PSD) defendeu publicamente que seu correligionário e aliado político, o também senador Otto Alencar, seja candidato ao governo da Bahia em 2022. “Torço por uma candidatura do meu partido. E o nome que está dentro do meu partido é o nome de Otto Alencar, que está terminando seu mandato em 2022. Não tô dizendo que os outros nomes não sejam merecedores. Mas torço pelo meu time. E time que não joga não tem torcida”, brincou. A declaração foi dada em entrevista a Mário Kertész, na Rádio Metropole.

A defesa pública de Coronel contraria um consenso estabelecido que Jaques Wagner (PT) seja o sucessor natural de Rui Costa ao Palácio de Ondina.

MAIOR PARTIDO

Angelo Coronel, no entanto, lembrou que o PSD tem maior número de prefeituras, deputados estaduais, federais e senadores atualmente na Bahia. E, segundo o parlamentar, isso deve ser levado em consideração.

“O PSD é hoje o maior partido da Bahia em representação. Por isso, merece nessa união com o PT e o PP ser a cabeça da chapa, com Otto Alencar. Pra mudar um pouco a chapa”, pontuou.

NOVA CONFIGURAÇÃO

Kertész perguntou sobre qual seria o futuro de Rui Costa nesta configuração. Coronel disse que, como ele ainda tem mandato até 2022, a ação deveria priorizar uma mudança na chapa.

“É um grupo político e não só um partido que compõe a chapa. Então, a gente não pode ser sempre coadjuvante. Sou amigo de Jaques Wagner. Não tenho nada contra ele, muito pelo contrário. Mas faço esse apelo ao PT e demais partidos pra gente mudar essa chapa. Minha chapa seria: Otto Alencar pra governador, João Leão para o Senado e o PT indicando alguém para vice-governador”, pontuou.

**Minha chapa:
Otto pra
governador,
Leão no
Senado e
o PT na vice**

ENTREVISTA

Guilherme Boulos

LIDERANÇA DO PSOL



tacio moreira/metrpress

Candidato à Presidência pelo Psol, nas eleições de 2018, o paulista Guilherme Boulos defendeu um acordo suprapartidário para votar o afastamento do presidente Jair Bolsonaro (sem partido).

Chamado de 'superpedido de impeachment', o acordo traz a união de 11 siglas, de diferentes colorações ideológicas.

"Na luta pelo impeachment temos que ter todo tipo de apoio. Entre os que assinam o documento, e sou um dos que está subscrevendo, junto com outras lideranças do país, está o partido Cidadania, que não é de esquerda. Outra é Joice Hasselmann, que foi líder do governo Bolsonaro. Mas isso mostra que setores da sociedade estão tomando percepção da gravidade da situação desde governo", disse. Boulos afirmou ainda que tirar Bolsonaro do poder é uma "questão de saúde pública".

"Esse caso de propina do Ministério da Saúde, com um dólar a cada dose aplicada, é aberrante. Todas as condições para o impeachment estão colocadas. Crimes de responsabilidade, tem de sobra. Condições políticas, a CPI criou. Rua, já tem tido, com manifestação no Brasil todo. Corrupção? Agora tem um caso escandaloso envolvendo o governo", pontuou.

POLARIZAÇÃO

Questionado por Kertész sobre uma possível polarização entre as candidaturas de Lula (PT) e Bolsonaro, Boulos disse que esta é a tônica da história política do país.

"O Brasil é polarizado há 500 anos. Em um país com um abismo social tão grande quanto o nosso, esse abismo se traduz na política".

AÇÃO NAS POLÍCIAS

O psolista falou ainda sobre a influência que o presidente exerce nas polícias militares em todo o Brasil e o quanto isso poder ser prejudicial para a democracia.

"Eu acredito na força da sociedade organizada. Bolsonaro tem um monte de gente que ele armou, grupo de tiro e os grupos de polícias, além da influência nas Forças Armadas. Nós precisamos da sociedade muito organizada para enfrentá-lo", pontuou.

ENTREVISTAS



METROPOLE



“COM TIRANOS NÃO COMBINAM BRASILEIROS CORAÇÕES”

2 DE JULHO - INDEPENDÊNCIA DA BAHIA

O nosso povo sempre lutou contra a tirania. E sempre saiu vencedor. É com essa força do passado que vamos continuar seguindo em frente, construindo uma Bahia democrática e vencendo também a pandemia. Para isso, continue usando máscara e não aglomere. A história mostra: quando estamos juntos, vencemos todos os desafios.



**GOVERNO
DO ESTADO**

